

CRISE ECONÔMICA ATUAL

E SEUS IMPACTOS PARA A ORGANIZAÇÃO DA

CLASSE TRABALHADORA

MARCELO DIAS CARCANHOLOⁱ

A atual crise pela qual passa o capitalismo contemporâneo permite resgatar ao menos duas coisas fundamentais para o entendimento da natureza de funcionamento do capitalismo. Em primeiro lugar, o fato de que o processo de acumulação de capital se dá em ciclos. Em segundo lugar, a perspectiva marxista como um referencial teórico sólido para o entendimento desse fato.

Não há momento na história do capitalismo em que fases de crescimento, mais ou menos sustentadas, não tenham sido sucedidas por fases de crise, mais ou menos profundas, e em que estas conformem novos períodos de acumulação de capital, crescimento. É da natureza do capitalismo funcionar em ciclos, e isto por uma razão relativamente simples. Os processos de acumulação de capital desenvolvem as contradições do capitalismo a um ponto tal que as crises são a forma que esse mesmo modo de produção encontra para, ao mesmo tempo, manifestar o momento de irrupção dessas contradições e o restabelecimento da unidade entre a produção e a apropriação do valor.

Isso significa que, se quisermos encontrar a(s) causa(s) da crise, devemos enfrentar o fato de que o capitalismo, recorrentemente, entra em crise porque cresceu, e voltará a crescer porque entrou em crise. Este caráter objetivamente dialético da acumulação de capital exige de uma teoria da crise cíclica três coisas: (i) explicar os processos cumulativos que propagam os efeitos das inflexões, isto é, porque o capitalismo continua crescendo durante algum tempo simplesmente porque já estava crescendo, e continua em recessão simplesmente porque já estava em crise; (ii) explicar os pontos de inflexão, ou seja, porque, a partir de determinado momento, o crescimento se

transforma em crise/recessão, e o descenso se transforma em nova etapa de acumulação de capital; esta última exigência é ainda mais complexa do que aparenta, já que, se o fenômeno do ciclo é próprio do capitalismo, não é uma anomalia, um acaso, então (iii) os pontos de inflexão tem que ser consequência necessária das características provocadas pela inflexão anterior.

Estas características próprias do fenômeno (crise cíclica) é que fazem da teoria de Marx uma das mais sólidas para o seu entendimento, assim como, para os nossos propósitos aqui, obriga-nos a recuar um pouco no tempo. Esta crise atual só pode ser entendida a partir das características da fase anterior de relativo crescimento do capitalismo que, por sua vez, se relaciona com as formas como ele conseguiu se “recuperar” de sua última grande crise estrutural.

Uma última advertência introdutória é também necessária. Dentre os teóricos de filiação marxista há aqueles que se sentem extremamente incomodados quando, em momentos de crise do capitalismo, a teoria de Marx e seus defensores são resgatados do limbo como uma – senão a melhor – interpretação dos problemas contraditórios do capitalismo, até por publicações completamente isentas de qualquer tipo de carimbo *pró-Marx*. Esse incômodo tem uma razão de ser. Afinal, é como se os marxistas só tivessem o que dizer nessas fases, e quando o capitalismo vai relativamente bem, não só essas teorias são esquecidas, como se interpreta que, na verdade, Marx não tem uma teoria para as fases ascendentes do ciclo. De fato, a razão real desse incômodo é a contraposição à crença de que existe em Marx uma “teoria da crise”, no sentido de que (i) só esse momento do ciclo seria analisado por Marx; e (ii) a crise – ainda enquanto momento do ciclo – seria o central em sua teoria. Esses dois

elementos são realmente equivocados, e, nesse sentido, não há uma “teoria da crise em Marx”.

Entretanto, há sim uma “teoria da crise” em Marx! E, portanto, os marxistas têm sim algo a dizer sobre o capitalismo em crise! Como se explica isso? O mistério é resolvido quando se constata que o termo *crise* em Marx não tem o mesmo significado do que corriqueiramente se entende por crise, significado que está implícito naqueles marxistas que se sentem incomodados com o resgate de Marx para explicar a crise. *Crise* em Marx não é apenas uma fase do ciclo econômico, especificamente aquele momento onde o auge da acumulação de capital se reverte em recessão/depressão. *Crise* em Marx tem o sentido de manifestação das contradições do modo de produção capitalista, ao mesmo tempo em que a unidade nessas contradições é reposta¹. Assim, o seu significado contém toda a dinâmica dialética presente no movimento do processo de acumulação de capital. Para ser mais rigoroso, o termo correto em Marx é “crise cíclica”, pois ele significa a processualidade dialética da acumulação de capital, com momentos de expansão nessa acumulação, onde ao mesmo tempo as contradições fundamentais são complexificadas, o que leva às rupturas (momento de crise – no sentido anterior), que acabam por repor (dialeticamente) a unidade daquelas contradições, que voltam a se complexificar, e assim por diante.

Ou seja, os incomodados com o resgate da “teoria da crise” em Marx, na verdade, desconhecem o sentido dessa teoria no autor. *Crise cíclica* é uma outra forma de denominar a dinâmica contraditória (dialética) do processo real de acumulação de capital, e não apenas uma etapa do ciclo. Nesse sentido, *acumulação de capital* e *crise cíclica* são termos quase “sinônimos” em Marx, no sentido de que expressam o mesmo movimento real de processualidade contraditória (dialética) da economia capitalista. Há “teoria da crise” em Marx porque a teoria da acumulação de capital nesse autor trata o fenômeno como ele é de fato, dialético, contraditório em sua unidade.

A CRISE DO CAPITALISMO NOS ANOS 70 E AS RESPOSTAS DO CAPITAL: A LÓGICA DO CAPITAL FICTÍCIO

No final dos anos 60 do século passado, a economia capitalista mundial chegou ao limite de uma etapa de expansão que caracterizou o pós-guerra, e esse momento de crise, que perpassou os anos 70, apresentou as duas formas clássicas de

manifestação desse fenômeno no capitalismo: reduções das taxas de lucro e superacumulação/superprodução de capital. As crises no capitalismo nada mais representam do que uma produção excessiva de capital frente às suas possibilidades de valorização e/ou de manutenção da lucratividade obtida até aquele momento. Produz-se capital em demasia em todas as suas formas, seja na forma mais perceptível, a forma monetária, mas também na forma produtiva (meios de produção) e na forma mercadoria. Essa superprodução de capital frente a suas possibilidades de valorização se traduz na queda da taxa de lucro que, por sua vez, desestimula novos investimentos, levando a crise enquanto inflexão do crescimento a um processo cumulativo de recessão/depressão. Foi exatamente isso o que ocorreu naquela época.

Antunes (2000: 29-30) enumera as características da crise capitalista do início dos anos 70:

- (1) forte redução das taxas de lucro, em virtude da elevação do preço da força de trabalho (custo salarial), conquista obtida no período do *Welfare State*²;
- (2) esgotamento do padrão de acumulação taylorista/fordista de produção;
- (3) hipertrofia da esfera financeira;
- (4) aumento da concentração de capitais (fusões e aquisições), o que tende a aumentar a pressão sobre a taxa de lucro;
- (5) crise do *Welfare State* e, em específico, crise fiscal do Estado;
- (6) privatizações, desregulamentação e flexibilização dos processos produtivos e dos mercados.

Nessas características misturam-se formas de manifestação da crise, respostas do capital a essa crise, assim como elementos explicativos de seu aparecimento. É preciso separá-los para não confundir a análise.

Os primeiros sinais da crise já aparecem no final dos anos 1960, com a desaceleração das taxas de crescimento nas principais economias do mundo, assim como nos problemas de manutenção das taxas de lucro. Vários analistas só vêem como primeiro sinal da crise a elevação do preço do petróleo entre outubro de 1973 e janeiro de 1974³.

² Não se pode esquecer também da tendência capitalista a elevação da produtividade, por impulso concorrencial, que se transforma, nos termos de Marx, em uma crescente composição orgânica do capital, que força a redução da taxa de lucro (Marx, 1988, vol. IV, capítulos 13 e 14).

³ É muito comum que a teoria tradicional trate as crises do capitalismo como se fossem meras eventualidades - choques exógenos para usar sua linguagem - e não momentos necessários da dinâmica de acumulação de capital. Neste caso específico - a crise dos anos 70 - procura-se a origem da crise em eventos fortuitos, como os dois choques do petróleo nessa década e o fim da paridade ouro-dólar no início dessa mesma década. O que essa análise tradicional não consegue perceber é que (i) os sinais da crise já se manifestam no final dos anos 60 e, portanto, a causa não pode estar em eventos ocasionais dos anos 70, e (ii) esses eventos já são formas de manifestação específica da crise, não podendo, portanto, ser

¹ "As crises são sempre apenas soluções momentâneas violentas das contradições existentes, irrupções violentas que restabelecem momentaneamente o equilíbrio perturbado." (Marx 1988, vol. IV, p. 179).

Nesse período, o preço do petróleo mais do que triplica, passando de US\$ 3,5 por barril de petróleo bruto para US\$ 11,65 por barril. No ano de 1974 a crise se manifesta com mais força e, “pela primeira vez depois da Segunda Guerra Mundial (de uma forma generalizada) verificam-se quebras absolutas nos indicadores de produção. A produção e o emprego registram recuos importantes, aumenta a capacidade ociosa, as falências multiplicam-se, mesmo ao nível dos grandes colossos econômicos, os investimentos reduzem-se a níveis muito baixos” (Mendonça, 1990: 34).

No que se refere às taxas de crescimento para as principais economias da acumulação mundial de capital, embora algumas delas já sinalizassem retrações antes, o biênio 1974-1975 é claramente o momento culminante da crise, onde as economias passam a apresentar inclusive taxas negativas de crescimento. Quatro destaques devem ser realizados. Em primeiro lugar, Estados Unidos em 1970 e Alemanha Ocidental em 1971 já mostravam fortes retrações econômicas. Em segundo lugar, a principal economia do centro da acumulação capitalista, os Estados Unidos, apresenta taxas negativas de crescimento em dois anos (-0,9% em 1974 e -0,8% em 1975). Em terceiro lugar, o Reino Unido apresenta a mais abrupta retração em 1974 (-7,0%), depois de apresentar um (aparente) forte crescimento no ano anterior (7,6%). Por último, merece destaque a forte retração no conjunto dos países da OCDE que cresceu 6,0% em 1973, apenas 0,7% em 1974 e retrocede 0,2% em 1975.

Os anos de 1976 e 1977 mostram uma aparente recuperação da economia mundial, sendo que “a inversão das tendências começa a produzir-se já no final de 1975 e acentua-se nos anos de 1976 e 1977. No final deste último ano, os níveis de produção anteriores à crise haviam sido atingidos e até mesmo ultrapassados” (Mendonça, 1990: 55). Entretanto, a economia mundial volta a se retrair em 1980, quando ainda não tinha se recuperado da crise de 1974, tendo os seus efeitos alastrados durante a primeira metade dos anos 80.

Esse período de crise nos anos 70, tanto no biênio 1974-1975 como na crise iniciada em 1980, mostra duas especificidades em relação às crises clássicas da economia capitalista mundial. Por um lado, a inflação mantém-se e acentua-se, mesmo nos períodos de recessão. A inflação mundial média, medida pelos preços ao consumidor, é de 10% ao ano no período 1973-1979 e 8,1% no período 1979-1984, sendo que em 1950-1973 havia sido de apenas 4%. Por outro lado, a recuperação dentro da crise cíclica não se processa mais nos moldes tradicionais,

em específico, o desemprego não para de aumentar, mantendo o seu caráter crônico. A taxa de desemprego na Comunidade Econômica Européia era de apenas 3,2% em 1970, passa para 5,4% em 1975, mantém esse valor em 1977, sobe para 6,4% em 1981, e atinge 8,2% em 1983.

Assim, tanto em 1974-1975 como em 1980 são repetidas as características da crise: forte redução da produção e do investimento, aliada ao aumento da inflação e do desemprego. Entretanto, a crise dos anos 80 mostra uma especificidade em relação à de 1974-1975: a recuperação não ocorreu mais de forma rápida como em 1976-1977. Os anos 80 são iniciados com uma crise que mostra uma forte tendência de estagnação da economia capitalista mundial.

A própria economia capitalista começa a construir, já nos anos 1970, os elementos que vão lhe permitir uma nova etapa de acumulação de capital. Essa resposta à crise dos anos 70 perpassa a década de 80 e atinge seu ápice nos anos 90. Neoliberalismo, expansão do capital fictício, transferência do excedente produzido na periferia para o centro (em especial para os EUA), são as marcas da década de 90 que se mantêm neste início de século.

Esse conjunto de fatores constituintes da resposta que o próprio capitalismo deu àquela crise conforma o que se convencionou chamar de capitalismo contemporâneo. Entre esses fatores encontramos, dentre outros: a implementação das reformas neoliberais - no centro e na periferia do sistema - como uma forma de elevar as taxas de mais-valia e incentivar a retomada da lucratividade do capital; a exacerbação da transferência de recursos da periferia para o centro, que permitem impulsionar a dinâmica de acumulação nos principais países capitalistas; a expansão dos mercados, como forma de garantir novos espaços de realização/valorização para o capital sobran-te, manifesta, por exemplo, na pressão por aprofundamento da abertura e liberalização do comércio mundial; a aceleração da rotação do capital, tanto na esfera produtiva quanto na circulação de mercadorias, o que propicia o aumento das taxas de lucro.

O que importa é que, independente dos elementos que constituem essa resposta, a saída da crise para o capitalismo tem que passar, necessariamente, pela criação/ampliação de espaços de valorização para o capital sobran-te, ao mesmo tempo em que são elevadas as taxas de mais-valia. Isto propulsiona a lógica fundante do capital: produção crescente de um valor excedente (mais-valia) que, se realizado a uma taxa de lucro razoável, deve ser crescentemente acumulado, recolocando a mesma lógica, em maior magnitude, para adiante.

confundidos com sua causa. Não é de surpreender que o mesmo procedimento metodológico seja utilizado para entender a crise atual do capitalismo.

Desses elementos todos que constituem a resposta do capitalismo para a retomada da acumulação do capital, interessa-nos aqui um aspecto em específico. Não é um acaso histórico que, nessa época, tenha tornado-se hegemônica a defesa por abertura e liberalização dos mercados, sendo que em dois deles com maior ênfase. Em primeiro lugar, as reformas neoliberais contra o trabalho representam, em última instância, a elevação necessária (para o capital) da taxa de mais-valia. Entretanto, há um outro mercado em que a defesa neoliberal pela sua desregulamentação foi extremamente intensa. É nessa época que a lógica da desregulamentação e abertura dos mercados financeiros, associada à crescente produção de novos instrumentos financeiros, no que se costuma chamar de inovações financeiras, começa a ganhar corpo. O desenvolvimento dessa lógica nos anos 80 e, principalmente, nos anos 90, é que dá uma característica específica a esta etapa do capitalismo, ao capitalismo contemporâneo. O que significa esse processo? Qual a sua especificidade? Como se relaciona com a crise atual?

Para tratar disso é obrigatório reavaliar criticamente as noções corriqueiras de capital financeiro, “finanças”, “financeirização”, que contaminam o debate atual sobre a crise, seja porque confundem categorias, o que não permite caracterizar apropriadamente a especificidade desta crise, ou porque simplesmente não apresentam o menor conteúdo categorial, sendo apenas expressões lingüísticas para processos que se termina por desconhecer. Do nosso ponto de vista, a categoria *capital fictício* é muito mais profícua para entender a atualidade do que as noções, mais densas ou não, de *capital financeiro*/*financeirização*/*finanças*.

Em primeiro lugar, é preciso destacar que a categoria *capital fictício*, desenvolvida por Marx no livro III de *O Capital*, não pode ser confundida, de forma alguma, com a noção mais vulgarizada do que se convencionou chamar de “capital financeiro” ou *finanças*/*financeirização*, ou ainda com a categoria capital financeiro, desenvolvida por Hilferding no início do século XX. A categoria *capital financeiro*, neste último autor, procurava dar conta da unificação/fusão do capital produtivo com o capital bancário, sob a hegemonia deste último, e seria uma das formas preponderantes do capital na sua fase imperialista clássica, segundo a apropriação desta categoria feita por Lênin⁴. Como se verá, esta noção não pode ser confundida com a de capital fictício.

Desde já, é inescapável notar que, na concepção de Hilferding, a categoria capital financeiro, ou capital bancário – como ele mesmo afirma – não apresentaria tantos elementos categoriais assim que o distinguísse de outras categorias já formuladas por Marx, como capital portador de juros e capital bancário. Este último, aliás, tratado em certos momentos quase como sinônimo de capital financeiro.

O fato é que a categoria capital financeiro em Hilferding se situa em um nível de abstração distinto das categorias mais gerais de funcionamento do capitalismo e, portanto, não pode ser equiparada a elas, ao menos não no mesmo plano de análise. O objetivo do autor era fundamentalmente entender a especificidade da conformação do capitalismo em uma época específica, a passagem do século XIX para o século XX, e tendo como referência básica esse processo na formação do capitalismo alemão. A utilização dessa categoria por Lênin (1979) é que a transporta para um nível de abstração diferente, no sentido de que ela é entendida ali como a característica específica de uma determinada fase (superior) do capitalismo, o imperialismo, e não mais como uma categoria que daria conta de um caso específico, o que, diga-se de passagem, já estava sinalizado no próprio Hilferding.

Já a noção corriqueira de capital financeiro (“financeirizado”)⁵ costuma se referir ao capital remunerado basicamente com ganhos especulativos na esfera financeira, além da remuneração derivada dos juros. Tratamentos mais rigorosos da questão, que se baseiam nesta noção de *financeirização*, possuem um entendimento muito próximo daquele contido na categoria *capital portador de juros*, que tem uma grande serventia no entendimento do capitalismo contemporâneo, como veremos, mas é ainda insuficiente⁶. Já noções menos rigorosas de

⁵ As referências para isto são inúmeras, dentre outras razões porque são incluídas aqui desde concepções mais toscas como aquelas que entendem por capital financeiro tudo aquilo que passa pelo mercado financeiro, o que hoje em dia abarca quase a totalidade dos capitais, não conferindo especificidade alguma à categoria, até interpretações bem mais interessantes sobre a especificidade do financeiro no capitalismo contemporâneo. Uma boa referência para esta última, contendo inclusive uma análise da crise atual do capitalismo, pode ser encontrada em Lapavistas (2009). Uma análise específica sobre a nova forma de manifestação desta crise, a crise na zona do euro, pode ser encontrada em <http://www.researchonmoneyandfinance.org>

⁶ A interpretação teórica mais conhecida sobre a financeirização talvez seja a capitaneada por François Chesnais, que, apesar de algumas idéias interessantes, se baseia em uma concepção equivocada do que seja a relação entre capital a juros, capital bancário, capital fictício, capital financeiro, dentro do marxismo. Só para citar um exemplo que pode nos ajudar a entender as razões da relativa confusão teórica que impregna esta concepção, a tradução francesa de *O Capital* de Marx traduziu o que se seria o *capital portador de juros* por *capital financier*. Como este é exatamente o termo utilizado por Hilferding para tentar dar conta de algo muito mais específico, não é incomum o tratamento equivalente das duas categorias por esta interpretação francesa da financeirização, o que colapsa processos distintos (ainda que relacionados) em uma mesma “categoria”. Uma amostra desse tratamento indiferenciado e,

⁴ “Chamo de capital financeiro ou capital bancário, portanto, o capital em forma de dinheiro que, desse modo, é na realidade transformado em capital industrial. Mantém sempre a forma de dinheiro ante os proprietários, é aplicado por eles em forma de capital monetário – de capital rendoso – e sempre pode ser retirado por eles em forma de dinheiro. Mas, na verdade, a maior parte do capital investido dessa forma nos bancos é transformado em capital industrial, produtivo (meios de produção e força de trabalho) e imobilizado no processo de produção” (Hilferding, 1985: 219).

financeirização reduzem o capital financeiro a todo o conjunto de transações realizadas no tal mercado financeiro. De uma forma ou de outra, em última instância, tratar-se-ia de todo aquele capital que se apropria de juros, isto é, que se apropria de uma renda que, na realidade, não foi ele que produziu. Ora, o capital – qualquer que seja a sua adjetivação – se caracteriza pela apropriação de um valor (mais-valia) que, de fato, é produzido pelo consumo do valor de uso da força de trabalho, dentro do processo produtivo. Assim, todo e qualquer capital, em última instância, se define pela apropriação de um valor que não foi ele quem o produziu. A conclusão é que a noção corriqueira de capital financeiro valeria para todo o conjunto do capital. Uma categoria que vale para absolutamente tudo passa a não ter, em termos de compreensão (teórica), absolutamente nenhuma serventia.

Em nossa opinião, a compreensão do capitalismo contemporâneo e, portanto, de sua crise, deve passar necessariamente pela correta compreensão do que significa capital fictício.

O capital fictício pode ser entendido como um desenvolvimento/complexificação da lógica do mero apropriar-se de um valor excedente, mas nunca ser confundido com a totalidade do capitais que meramente se apropriam de um valor que não produziram. O que constitui o capital é a apropriação da mais-valia que é produzida pela força de trabalho no processo produtivo, mas o primeiro adquire (no mercado) o direito de se apropriar do resultado dessa produção. O capital portador de juros é uma primeira etapa na autonomização da apropriação do valor frente à sua produção. Supondo um capital monetário de \$ 100, e uma taxa de juros de mercado de 10%, o proprietário desse capital monetário pode emprestar essa quantia para um capital produtivo que, ele sim, encarregar-se-ia de ingressar no processo produtivo. Supondo uma taxa de mais-valia de 20%, isso significaria que a massa de mais-valia atingiria \$ 20. Ao final do processo, o capitalista em função pagaria o empréstimo de \$100, acrescido dos juros de \$ 10, e ainda ficaria com um lucro de \$ 10. Esta é a essência da relação entre o capital a juros e o capital produtivo. Segundo o próprio Marx:

“Mas porque o dinheiro, adiantado como capital, tem a propriedade de retornar a quem o adianta, a quem o despende como capital, porque $D - M - D'$ é a forma imanente do movimento de capital, justamente por isso pode o proprietário do dinheiro empresta-lo enquanto capital, como algo que possui a propriedade de retornar a seu ponto de partida, de se converter no movimento que perfaz, enquanto valor, e de se multiplicar. E entrega-o como capital porque, depois de empregado como

capital, refluí para seu ponto de partida, podendo ser restituído pelo mutuário [acrescido de juros], após determinado tempo, justamente porque refluí para ele mesmo” (Marx, 1988, vol. IV: 249).

A complexificação dessa lógica, isto é, a “especialização” de frações do capital total no mero apropriar-se de uma fração da mais-valia produzida constitui a base de constituição do capital fictício, mas não pode ser confundida com ele. A generalização e aprofundamento dessa lógica exacerbada de apropriação de valor, como se ela fosse totalmente autônoma do processo de produção, faz com que qualquer indivíduo que perceba um rendimento periódico de \$ 10 apareça como proprietário de um capital no valor de \$ 100, ainda que esse capital, de fato, não exista. Isso porque, realmente, uma renda de \$ 10, capitalizada a uma taxa de juros de 10%, é igual a um montante de \$ 100, uma vez que $10 / 10\%$ é igual a 100. Mas, efetivamente, o rendimento de \$ 10 não provém da remuneração de um capital já existente, que só se constituiria se esse rendimento fosse capitalizado. Assim, esse rendimento não pode ser considerado como uma remuneração do capital portador de juros. O indivíduo que auferir este rendimento não é um proprietário da mercadoria-capital, ou do capital portador de juros. Entretanto o indivíduo pode vender no mercado esse direito de apropriação periódica de \$ 10, o que será feito ao valor de mercado, no caso, \$ 100⁷. Constituiu-se um capital de \$ 100 puramente pela venda de um direito de apropriação sobre um valor que nem sequer existe, ainda. Esta é a base categorial do capital fictício, um desdobramento dialético e, por isso, com autonomia categorial, em relação ao capital a juros. Esses rendimentos periódicos, base para o capital fictício podem provir de várias fontes como títulos de crédito, ações, e mesmo salários, ou melhor, a parcela deles que é aplicada na forma de capital monetário. Dessa forma, a partir de um rendimento por período, dada a taxa de juros vigente, obtém-se/constitui-se (pela revenda no mercado desse direito de apropriação) um capital monetário. É a completa inversão da lógica até aqui considerada. Antes, de um capital realmente existente, e pelo seu empréstimo para um capitalista funcionante, que ingressaria no processo produtivo para produzir mais-valia, obtinha-se um rendimento, os juros. Agora, é a partir de um rendimento, qualquer que seja ele, é que se constitui uma massa monetária, que pode até vir a funcionar como capital monetário. É a inversão da lógica produção-apropriação de valor. Mais rigorosamente, é a

⁷ “Considera-se, assim, toda receita fixa anual de 25 libras esterlinas como juro de um capital de 500 libras esterlinas” (Marx, 1988, vol. V: 04). No exemplo de Marx, o rendimento auferido era de 25 libras esterlinas por ano e a taxa de juros anual era de 5%. Assim, a capitalização de 25/5% é igual a 500 libras esterlinas: “a formação do capital fictício chama-se capitalização” (Marx, 1988, vol. V: 05).

portanto, pouco rigoroso das categorias pode ser encontrado em Chesnais (2005).

autonomização da lógica da apropriação sobre a da produção de valor: “toda a conexão com o processo real de valorização do capital se perde assim até o último vestígio, e a concepção do capital como autômato que se valoriza por si mesmo se consolida” (Marx, 1988, vol. V: 05). Essa autonomização da lógica da apropriação é, no entanto, meramente relativa. A cobrança da impossibilidade de autonomização absoluta é feita, justamente, pelas crises.

O que o processo de desregulamentação e inovações financeiras propiciou, a partir dos anos 70 do século passado, e com mais força nos anos 90, foi o crescimento substancial de novos instrumentos desse capital fictício, assim como a expansão brutal da massa de valor desse tipo de capital. Esta é a característica substancial do capitalismo contemporâneo, a subordinação do capitalismo à lógica do capital fictício.

De que forma essa lógica exacerbada do capital fictício influencia e caracteriza o capitalismo contemporâneo? Através do que pode ser chamado de dialética do capital fictício. Como todo o processo de autonomização das formas do capital, o capital fictício apresenta uma funcionalidade para a acumulação de capital. A sua constituição permite o funcionamento de atividades produtivas que, de outra forma, teriam que esperar muito tempo para serem implementadas. Isso leva à maior acumulação global de capital, a redução do tempo de rotação do mesmo e, portanto, o aumento da taxa de lucro por período. Como mostrou Marx no livro II de *O Capital*, a diminuição do tempo de rotação do capital faz com que cresça a taxa anual de mais-valia e, em razão desta, a taxa anual de lucro. A funcionalidade do capital fictício para o processo de acumulação do capital global se dá justamente pela aceleração na sua rotação, isto é, no tempo em que o capital global leva entre iniciar e terminar o seu ciclo, saindo de uma de suas formas (dinheiro, por exemplo) e retornando a ela. Esse tempo de rotação do capital é composto pelo tempo de circulação (compra e venda de mercadorias) somado ao tempo de produção (tempo de trabalho acrescido dos tempos “parados” da produção). O que o capitalismo contemporâneo apresentou de mais visível na sua retomada pós-crise dos anos 70 foi justamente a aceleração dessa rotação, em muito impulsionada pela exacerbção da lógica do capital fictício.

Por outro lado, o capital fictício possui uma disfunção que não pode ser negligenciada. O capital fictício, do ponto de vista individual, por si só não é capaz de produzir valor excedente, mais-valia, pelo simples fato de que não entra no processo produtivo. A sua lógica diz respeito à apropriação do excedente, não a sua produção, embora ele contribua indiretamente – via rotação do capital

global – para o aumento da acumulação. Assim, se a lógica da apropriação de mais-valia é alastrada/expandida, em detrimento da produção do excedente, uma parcela cada vez maior do capital global procurará apropriar-se de um valor que está sendo produzido cada vez menos. O resultado final é a redução da taxa de lucro e o aprofundamento do comportamento cíclico da crise.

Por um lado, a funcionalidade do capital fictício permite o prolongamento da fase ascendente do ciclo, possibilitando a redução do tempo de rotação do capital global e elevação da taxa de lucro. Por outro lado, quando sua lógica individual de apropriação se expande, a fase descendente (crise) do ciclo também é aprofundada. A disfunção do capital fictício amplia as potencialidades da crise. A dialética do capital fictício, com sua (dis)função, complexifica/amplia a tendência cíclica do processo de acumulação de capital. O último ciclo de acumulação do capitalismo a partir dos anos 70 do século passado pode ser entendido a partir dessa dialética do capital fictício

MANIFESTAÇÕES CONJUNTURAIS DA CRISE: O SÉCULO XXI

Essa nova fase do capitalismo contemporâneo apresentou distintas conjunturas. Nos anos 70, por exemplo, o capitalismo vivenciou o que se costuma chamar, de maneira mais tecnocrática, um ciclo de alta na liquidez internacional. Isso significa que a criação/ampliação de espaços de valorização para aquele capital que estava sobreacumulado redundou em um crescimento dos mercados e, em específico, do mercado financeiro, o que elevou a massa de valor-capital aí aplicada. Essa maior quantidade de liquidez/crédito no mercado internacional possibilitou o financiamento de várias atividades produtivas que deram um certo alívio à economia capitalista, ainda que esta atravessasse essa década de maneira ainda pouco dinâmica.

Para a América Latina, esse cenário externo de maior liquidez possibilitou, para alguns países, a elevação do financiamento externo que permitiu, em alguma medida, manter um relativo crescimento, mesmo em um contexto internacional de crise na economia mundial. Este foi o caso, por exemplo, do Brasil. Outros países, ainda que não tenham conseguido financiar atividades produtivas, também aumentaram seu financiamento externo, seja para utilizar a maior quantidade de divisas em programas de estabilização inflacionária, seja para simplesmente refinar suas contas externas. De uma forma ou de outra, isso implicou o crescimento sobremaneira das dívidas externas desses países, mesmo do Brasil, que acabou atraindo um volume de recursos externos muito maior do que o

necessário para financiar os empreendimentos produtivos do período.

Isso redefiniu a conjuntura para os anos 80. A explosão da dívida externa desses países fez com que vários deles entrassem em moratória, o que redundou em detentores de crédito no mercado internacional que não conseguem monetizar seus ativos e, portanto, honrar os seus próprios débitos. Em suma, a crise da dívida externa nos anos 80 reverteu o quadro da liquidez internacional, definindo uma forte baixa em seu ciclo. A única forma que as economias periféricas - dentre elas as da América Latina - encontraram para se inserir em um quadro de crescente endividamento, frente a um cenário de baixa liquidez internacional, foi o chamado ajuste exportador. Implementavam-se políticas econômicas de curto prazo com caráter recessivo (via elevação dos juros internos e contenção da demanda agregada) com um duplo objetivo: contenção da inflação e obtenção de superávits na balança comercial (exportações menos importações), com o objetivo de obter as divisas necessárias para o pagamento do serviço da dívida externa.

Esse quadro só se reverteu depois que essas dívidas externas dos países periféricos foram reestruturadas, basicamente com a securitização⁸ dos débitos. Para o que nos interessa neste texto, essa reestruturação das dívidas provocou duas coisas: (i) uma volta ao cenário de alta na liquidez internacional; (ii) criação de mais instrumentos financeiros (os títulos da dívida externa e correlatos derivados) que aprofundaram mais ainda a lógica do capital fictício. Os anos 90 do século passado assistiram, portanto, à volta da liquidez internacional, em função da nova recessão da economia mundial, o que redefiniu uma massa de valor-capital sobreacumulado que precisava de espaços de valorização, e a securitização das dívidas externas. Grande liquidez internacional, acompanhada de baixas taxas internacionais de juros, definiu a conjuntura externa dentro da qual a implementação das políticas econômicas de estabilização com âncora cambial, e das reformas estruturais pró-mercado, levaram ao quadro de instabilidade e crise que caracterizou o período. A década neoliberal, baseada nos programas do Consenso de Washington, teve como saldo taxas médias de crescimento inferiores aos anos 80, época conhecida como década perdida para a América Latina. Para a economia mundial, os anos 90

também representaram um período de instabilidade, dadas todas as crises financeiro-cambiais que o período vivenciou.

A virada para o século XXI parecia redefinir o sonho neoliberal. A estratégia do Consenso de Washington revisitada não só foi mantida na maioria dos países, mas também aprofundada. O cenário externo era extremamente favorável: alta no ciclo de liquidez internacional; taxas internacionais de juros no menor patamar em décadas; crescimento da economia mundial. Especificamente para os países periféricos: maior margem para redução dos juros internos (em função da redução nos juros internacionais); crescimento na demanda pelas exportações (em função do crescimento da economia mundial); forte entrada de capital externo, dada a alta na liquidez internacional, o que permite tanto o refinanciamento de possíveis problemas nas contas externas, quanto acúmulo de divisas e manutenção de taxas de câmbio em patamares valorizados, o que contribui para o controle inflacionário. Para alguns países, ainda, a elevação da demanda por exportações ocorreu justamente nos produtos para os quais a estrutura produtivo-exportadora se voltou desde os anos 90, em especial, as commodities, inclusive as agrícolas⁹. Para este mercado, não só o quantum de exportações cresceu, mas também o preço desses produtos, o que fez com que o valor total das exportações fosse extremamente elevado, garantindo superávits na balança comercial e aliviando, portanto, os problemas nas contas externas.

A economia mundial, que tinha crescido apenas 2,5% em 2001, atinge 4,9% em 2004 e 5,0% em 2006 de crescimento. Entretanto, a maior contribuição para isso não foi das economias centrais. Os países desenvolvidos cresceram 3,2% em 2004 e 3,0% em 2006. Já os países em desenvolvimento cresceram 7,5 % em 2004, 7,8% em 2006 e 7,9% em 2007, sendo que a China cresceu 10,1% em 2004, 11,1% em 2006 e 11,4% em 2007, enquanto que a Índia 7,9% em 2004, 9,7% em 2006 e 9,2% em 2007. O período 2003-2007 foi, portanto, de forte ascenso na economia mundial, muito em conta da funcionalidade do capital fictício, que redefiniu a alta da liquidez internacional

⁸ *Securitização* é um termo técnico que significa a transformação das dívidas em títulos (*securities*) e que podem, portanto, ser (re)transacionadas no mercado, dando maior liquidez a essas dívidas. Na prática isso significa uma maior facilidade na rolagem do serviço dessa dívida. Do ponto de vista da lógica do capitalismo contemporâneo, representa o avanço de novos instrumentos financeiros que definem novas formas de manifestação do capital fictício.

⁹ Na verdade, o ciclo no preço das *commodities* neste início de século XXI também se explica pelo comportamento do capital fictício nesses mercados específicos. No período 2002-2007 os fundos de investimento aplicam fortemente no mercado futuro de *commodities*, apostando na alta do preço dessas mercadorias, isto é, na expectativa de aumento do preço dos produtos primários, esses fundos compram antecipadamente o direito de revenda futura desses produtos. Essa pressão de demanda acaba, de fato, antecipando o movimento de alta nos preços. O mesmo processo, com sinal invertido, explica a fase de baixa nos preços das *commodities*, o que ocorreu a partir de meados de 2008. Esse ciclo no preço das *commodities* também se insere no contexto da atual crise do capitalismo contemporâneo. Para maiores detalhes ver Paineira e Carcanholo (2009).

e a aceleração do processo de acumulação de capital.

O resumo é que o cenário externo favorável propiciou às economias periféricas uma folga que, a reboque do crescimento mundial, permitiu a reversão do estancamento da década anterior, com relativa estabilidade de variáveis-chave das economias: juros, câmbio, reservas internacionais e balanço de pagamentos. Este cenário externo favorável foi revertido justamente em função da crise. Quando a economia capitalista mundial entra em crise em 2007/2008, as economias periféricas acompanham o movimento, uma vez que são dependentes dessa dinâmica de acumulação.

A crise já se ensaiava anteriormente quando da formação da bolha especulativa junto às ações de empresas de alta tecnologia, as famosas empresas *pontocom*. O estouro dessa bolha nada mais representou do que a desvalorização do capital fictício acumulado especulativamente nesse mercado que, com a sua retração, se viu obrigado a encontrar novos espaços de valorização, ou pelo menos para aquela parcela do capital fictício que sobrou ao estouro dessa bolha.

Esse novo espaço de valorização, e que definiu um segundo momento de atuação do capital fictício, é justamente o mercado (basicamente norte-americano) de financiamento de imóveis, justamente o local de estouro da atual crise por que passa o capitalismo contemporâneo. A expansão nesse mercado imobiliário se dá, basicamente, pelo crescimento na captação de empréstimos bancários via crédito hipotecário. O crescimento do mercado imobiliário, com base nesse tipo de financiamento, propiciou a elevação dos preços dos imóveis que, por sua vez, e em um efeito auto-expansivo, possibilitou o refinanciamento das hipotecas de uma forma que o montante refinanciado de recursos permitia tanto o pagamento dos débitos anteriores quanto recursos adicionais utilizados para novas aquisições de imóveis, impulsionando ainda mais o efeito auto-expansivo de elevação dos preços dos imóveis, o crescimento do mercado hipotecário, e sua implicação de elevação do endividamento dos tomadores desses empréstimos.

Entretanto, já no momento de alta do ciclo percebia-se o caráter especulativo do processo auto-expansivo, uma vez que a elevação dos preços dos imóveis permitia a ampliação dos empréstimos para novas compras de imóveis, que voltavam a elevar os preços dos imóveis, e assim por diante. Essa bolha especulativa, enquanto o ciclo de alta na liquidez e no crédito internacionais permitia e chancelava os problemas conjunturais de liquidez dos tomadores de empréstimos, apresentou esse caráter “virtuoso” para a economia mundial, dentro de um processo, como visto, de funcionalidade do capital fictício para a acumulação do capital total.

Os primeiros sinais de reversão já começam em 2004, quando os Estados Unidos elevam suas taxas de juros, encarecendo o refinanciamento dos débitos. Em meados de 2006, esse processo emite os seus primeiros sinais de esgotamento com a redução da taxa de crescimento do crédito ao consumo e o leve aumento da inadimplência. Com isso, a eclosão da crise do setor imobiliário era uma questão de tempo.

A crise se manifestou inicialmente no segmento do mercado com mais risco, que é aquele representado por tomadores com histórico de inadimplência. Desde julho de 2006 o preço dos imóveis começa a cair, o que reduz a riqueza das famílias e, com juros mais caros, amplia a inadimplência no pagamento das hipotecas, o que reduz ainda mais o crédito imobiliário e gera um processo cumulativo através de uma nova redução no preço dos imóveis. Detonada a crise, o seu processo de expansão e contágio se dá pelo fato de que, ao aumentar a inadimplência, os credores passam a sofrer também com problemas de liquidez e solvência, uma vez que os ativos que eles tinham a receber são desvalorizados e, portanto, seus compromissos financeiros podem não ter mais garantia de pagamento. Os credores são obrigados a vender (parte de) seus ativos em troca de dinheiro para, com este, saldar suas obrigações. Esse movimento de venda de ativos provoca a redução dos seus preços e reforça a pressão pela alta da taxa de juros cobrada pelas instituições financeiras, agravando ainda mais a crise.

Os grandes bancos carregados com títulos hipotecários, por sua vez, sofrem uma elevação no montante de seus passivos, uma vez que os juros estão aumentando, ao mesmo tempo em que seus ativos (carregados em “títulos, agora, podres”) se desvalorizam. O resultado é que, reforçado pela redução na oferta de liquidez, a elevação na descapitalização é respondida pelos bancos com a redução na oferta de crédito, o que aprofunda os problemas de liquidez e inadimplência.

O efeito cumulativo no momento de alta no ciclo de acumulação (e de liquidez) se reverte. É a crise, necessária no funcionamento do capitalismo, e tendo sua lógica aprofundada pela dominância do capital fictício. O efeito cumulativo, pós estouro da crise, se mantém, só que com sinal invertido.

O sonho neoliberal se transforma em pesadelo. A alta na liquidez internacional se transforma em forte baixa no mercado de crédito internacional. O cenário externo favorável para as economias periféricas dependentes se transforma, e a dependência volta a manifestar todo seu caráter efetivamente estrutural. A economia mundial entra em recessão no período 2008-2009.

Alguns autores mais apressados, tendo, de alguma maneira, a característica cíclica do processo

de acumulação de capital, chegaram a afirmar que os efeitos da crise teriam cessado em 2009, e já nesse ano - sendo que de forma mais clara a partir de 2010 – a economia mundial voltaria a crescer. Alguns mais afoitos até concluíram que de fato teria sido uma mera “marolinha”, na expressão recheada de conteúdo categorial do presidente da nossa república! Contra estes, a realidade contraditória/dialética do capitalismo volta a se manifestar. Reverbera em 2010 uma nova onda no desenrolar da atual crise do capitalismo.

O “PÓS-CRISE” E OS IMPACTOS PARA A CLASSE TRABALHADORA

Ao contrário do que pensaram alguns, as medidas tomadas na tentativa de contornar os efeitos da crise de 2008-2009 não parecem ter contribuído para uma nova etapa de acumulação de capital sustentada. Dois elementos básicos constituíram essa resposta, um mais explícito, outro, por razões que ficarão óbvias, não propagandeado.

O que caracteriza uma crise no capitalismo, qualquer que tenha sido ela, é que uma massa de valor-capital se valoriza excessivamente com relação à possibilidade de manutenção das taxas de lucro que imperam até aquele momento. Assim, o papel “saneador” da crise é justamente desvalorizar essa pletora de capitais superacumulados, qualquer que seja a sua forma. Na crise atual por que passa o capitalismo, o capital sobreacumulado se concentrava na forma de capital fictício, títulos financeiros (direitos sobre apropriação futura de valor), sem correspondência maior com a massa real de valor produzido pelo capital produtivo. Assim, a reversão cíclica – para que uma nova fase sustentável de acumulação de capital fosse possível – deveria levar a essa desvalorização, o que, na prática, redundaria em quebra maciça de bancos, fundos de investimento, fundos de pensão, etc. Antes que isso se alastrasse, os governos da grande maioria dos países se anteciparam para criar condições de monetizar (dar maior liquidez) para esse capital fictício, com a desculpa de garantir a sustentabilidade do sistema monetário-financeiro que, em última instância, seria a sustentabilidade de todas as economias. Como se fez isso? Basicamente com a expansão da dívida pública, já extremamente elevada, muito em razão da base de valorização que se criou para todo o capital fictício expandido desde os anos 70 do século passado, e a despeito da ideologia neoliberal de “Estado mínimo”.

O que se vê agora, na atual conjuntura? Justamente a crise da zona do euro se manifesta por

elevadas cargas de dívidas públicas de várias economias da região, e não apenas de economias menos importantes, como Grécia, Portugal e Espanha. Toda a região ficou estagnada desde o estouro da primeira fase da crise, em 2007, e o seu endividamento só fez crescer, exatamente como uma das formas de tentar contornar os seus efeitos da crise. A nova fase da crise nada mais é do que a reverberação dos impactos da fase anterior, agravada pela forma como se tentou contornar os seus efeitos.

O outro elemento da resposta do capitalismo para sua atual crise é o aumento da exploração do trabalho. Se existe uma enorme massa de capital sobreacumulado, definido pela lógica da mera apropriação de mais-valia, trata-se de expandir a produção desta, como forma de adequar os direitos de apropriação ao montante de valor produzido. O problema é que os efeitos dessas medidas demoram em aparecer. Não é de um dia para o outro que se redefine a estrutura de exploração do trabalho, de produção de mais-valia. Leva tempo. Enquanto isso, toda a massa de capital fictício sobreacumulado tem que resistir às pressões efetivas para sua desvalorização.

Os impactos desse processo para a classe trabalhadora são óbvios. Em primeiro lugar, ela sofrerá todos os impactos da ofensiva do capital na tentativa de elevar a taxa de mais-valia, o que já é sinalizado pelo aprofundamento das reformas neoliberais em previdência e nos campos trabalhista e sindical. Em segundo lugar, todo o ajuste das contas públicas - vociferado pelo pensamento conservador como única forma de sanear a atual fase da crise do capitalismo - significará a redução das escassas políticas públicas ainda praticadas, arrocho salarial e das condições trabalhistas no setor público, pressão por novas privatizações, redução de gastos e investimentos públicos, que, no limite, significam recessão e, portanto, desemprego, etc.

Em resumo, a saída da crise, teorizada pelo pensamento conservador e, mais grave do que isso, aplicada pelos governos da grande maioria dos países – mesmo alguns que se dizem de “esquerda” – combina: (i) mais recursos para a manutenção da lógica de valorização do capital fictício; e (ii) maior arrocho das condições para a classe trabalhadora. Está claro quem é o destinatário do boleto que contem a conta pelos prejuízos provocados pela crise do capitalismo contemporâneo. Se ele vai, resignadamente, pagar esse boleto, ou sublevar-se contra ele, só saberemos *ex-post*. Pelo menos os primeiros sinais da segunda alternativa já começam a ser ouvidos.

REFERÊNCIAS

- Antunes, R. *Os Sentidos do Trabalho*: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. Boitempo Editorial, 3ª. edição, São Paulo. 2000.
- Chesnais, F. (Org.) *A Finança Mundializada*: raízes sociais e políticas, configuração, conseqüências. Boitempo Editorial, São Paulo. 2005.
- Hilferding, R. *O Capital Financeiro*. Abril Cultural, São Paulo. 1985.
- Lapavistas, C. *El Capitalismo Financiarizado*: expansión y crisis. Ediciones Maia, Madrid. 2009.
- Lênin, V. I. *O Imperialismo: fase superior do capitalismo*. Global Editora, São Paulo. 2007.
- Marx, K. *O Capital: crítica da economia política*. 5 volumes, Nova Cultural, São Paulo. 1988.
- Mendonça, A. *A Crise Econômica e a sua forma Contemporânea*. Ed. Caminho, Portugal. 1990.
- Painceira, J. P. P. e Carcanholo, M. D. *Crise Alimentar e Financeira*: a lógica especulativa atual do capital fictício. XXVII Congresso da ALAS, Associação Latino-americana de Sociologia, Buenos Aires. 2009.

ⁱ Professor Adjunto da Faculdade de Economia da Universidade Federal Fluminense, e integrante do Núcleo Interdisciplinar de Estudos e Pesquisas em Marx e Marxismo (NIEP-Marx).